Coletivos na Espanha Revolucionária

Trecho do ensaio "Como uma economia anarquista poderia funcionar", escrito por Lucien van der Walt em 1998

Lucien van der Walt

1998

OS COLETIVOS NA ESPANHA REVOLUCIONÁRIA

A Revolução Espanhola começou após um fracassado golpe fascista do general Franco em 18 de julho de 1936. O golpe, patrocinado por setores conservadores do grande capital e da Igreja, fracassou na maior parte da Espanha por conta da resistência armada dos operários e camponeses, que estavam organizados principalmente pelo gigantesco sindicato revolucionário anarcossindicalista, a Confederación Nacional del Trabajo (CNT). "Poucas horas após o ataque de Franco, operários e camponeses anarquistas assumiram o controle direto sobre terras rurais, cidades, fábricas e redes de transporte e serviços sociais" (Breitbart 1979a: 60; Geurin 1970: 130-1). Esse êxito foi o resultado direto da força da massa operária e camponesa anarcossindicalista (Amsden 1979; Breitbart 1979a), entre os quais, como notou um observador alemão, "o problema da revolução social foi discutido de maneira contínua e sistemática em seus sindicatos e reuniões de grupo, em seus documentos, panfletos e livros" (citado em Geurin 1970: 121). A C.N.T., que sem dúvida liderou o apoio à maioria dos operários e camponeses, definiu seu objetivo como "comunismo libertário", um programa definido em grandes detalhes em seu Programa de Saragoza, de maio de 1936. Questões de espaço impedem uma discussão sobre este e outros documentos da C.N.T., mas é suficiente dizer que a C.N.T. permaneceu diretamente estrita na tradição do anarco-comunismo descrita acima (para discussões sobre esse programa, veja Geurin 1970: 121-6; Guillen 1992: 8-11).

Pelo menos dois mil coletivos rurais autogestionados foram formados, mais de quinze milhões de acres de terras expropriados entre julho de 1936 e janeiro de 1938, e entre sete e oito milhões de pessoas foram direta ou indiretamente afetadas pela coletivização em quase 60% da área terrestre da Espanha afetada por esse processo (Breitbart 1979a: 60). A coletivização era voluntária e, geralmente, seguia-se a uma reunião da aldeia, na qual era tomada a decisão de agrupar lotes e instrumentos de produção camponeses e terras tomadas dos latifundiários em uma única unidade de produção. Artesãos, barbeiros e outros trabalhadores não-agrícolas também foram agrupados em coletivos (Geurin, 1970). Dentro desta unidade, o terreno foi dividido entre equipes de trabalho (brigada) de dez a quinze pessoas em uma base técnica. Dentro da brigada, tarefas menos agradáveis foram rotacionadas e compartilhadas, e cada pessoa incentivada a executar as tarefas pelas quais tinha competência especial (Breitbart 1979b; Geurin 1970). Comitês de gestão com rotação regular de membros eram eleitos para supervisionar as atividades econômicas e sociais de cada coletivo, e assembleias gerais mensais de membros trabalhadores e não-trabalhadores eram realizadas para revisar os planos de produção, avaliar o progresso e redesenhar os estágios da produção (Breitbart 1979b; Geurin 1970). No geral, nenhuma tarefa recebia maior importância sobre outras, nenhum membro do coletivo era pago por realizar trabalho administrativo: na maioria dos coletivos, o pagamento era feito de acordo com a necessidade: todos os membros do coletivo tinham garantia de comida, roupas e abrigo (Breitbart 1979b). Esses produtos foram disponibilizados por meio de comitês eleitos de consumidores que organizaram o fornecimento e a distribuição de bens através de "armazéns cooperativos", muitos dos quais situados em igrejas antigas. Igrejas, conventos, antigos quartéis do exército e mansões eram geralmente transformados em escolas, cinemas, bibliotecas, garagens, casas ou hospitais de idosos (nenhum dos quais anteriormente era comum no campo) (Breitbart 1979b). A educação era gratuita e obrigatória para todas as crianças menores de 14 anos (Geurin 1970).

A maioria das aldeias coletivas foi capaz de melhorar o padrão de vida de seus membros, e esforços intensos foram feitos na maioria dos casos para aumentar a produção (Breitbart 1979b). Isso costumava ser realizado com bastante sucesso, pois as terras anteriormente devolutas eram cultivadas, os rebanhos aumentados, medidas de conservação introduzidas (como rotação de culturas e plantio de árvores para evitar a erosão do solo) e, com a ajuda de técnicos e agrônomos, novas ou melhores técnicas agrícolas aplicadas (por exemplo, a irrigação foi largamente expandida, a criação seletiva de gado foi desenvolvida e os viveiros de árvores foram estabelecidos) (Breitbart 1979b). Em alguns casos, as colheitas aumentaram em até cinco vezes comparadas ao nível anterior à Revolução (Breitbart 1979b: 89). Novas indústrias - como processamento de alimentos, produção de papel e fabricação de sabão - também foram introduzidas ou ampliadas nas áreas rurais, a fim de aumentar sua autossuficiência (Breitbart 1979b).

A produção foi planejada, e atenção especial conferida a fatores como as necessidades dos operários e da milícia dos trabalhadores (que mantinha a frente contra as tropas de Franco) (Breitbart 1979b). Em contraste com a noção de que os coletivos estavam isolados e competiam entre si, várias grandes

federações regionais de coletivos, compostas por vilas, distritos e províncias, foram formadas entre julho de 1936 e junho de 1937: dentre essas estão a Federación Regional de Campesinos de Levant, a Federación Regional de Campesinos de Castela e o Concilio de Aragon (Breitbart 1979b; Geurin 1970). Essas federações contribuíram para facilitar a transferência de mercadorias dentro e entre os distritos coletivizados, e entre os coletivos rurais e as cidades. Os delegados de cada coletivo enviavam registros de importações e exportações para um mantenedor de registros da região, o que permitiu a sincronização da produção e distribuição nas zonas coletivizadas; dentro do distrito local, os bens excedentes eram transferidos entre vilas ou usados para o comércio com a região maior (uma forma de fundo de equalização); a federação como um todo ajudou a organizar a coordenação da produção entre os coletivos, e as transferências de produtos rurais para as áreas urbanas em troca de produtos como máquinas; as estruturas federadas também permitiram o fornecimento de serviços de saúde aos distritos mais pobres e a organização de equipes de pesquisa para aconselhar os coletivos sobre novas técnicas agrícolas (Breitbart 1979b). Ligações de reciprocidade foram estabelecidas entre os coletivos, o sistema de transporte foi correspondentemente renovado, enquanto as linhas ferroviárias foram colocadas sob o controle do Sindicato Nacional das Ferrovias da C.N.T. (veja abaixo a discussão sobre o controle dos trabalhadores na indústria) (Breitbart 1979b).

Assim, "a propriedade comunal da terra e a eliminação das classes em áreas anarquistas após julho de 1936, substituíram a propriedade privada da terra e as hierarquias de poder capitalistas ou feudais por um sistema altamente eficiente e integrado de autogestão e produção cooperativa" (Breitbart 1979b: 93). No entanto, a revolução não se limitou às áreas rurais: os trabalhadores urbanos ("operários") implementaram "uma das experiências mais longas e extensivas completamente realizada pelos trabalhadores da produção industrial" na história, reestruturando a vida econômica e social em torno de sindicatos (Amsden, 1979, p. 99). Uma compreensão da extensão da coletivização é proporcionada por uma observação contemporânea de que "ferrovias, bondes e ônibus, táxis e entregas, empresas de luz e energia elétrica, usinas hidráulicas e de gás, fábricas de automóveis, minas e fábricas de cimento, fábricas têxteis e fábricas de papel, preocupações elétricas e químicas, fábricas de garrafas de vidro e perfumarias, plantas de processamento de alimentos e cervejarias foram confiscadas ou controladas por comitês de trabalhadores, termos que possuem para os proprietários quase igual significado" (Bolloten citado em Conlon 1986: 20-1). Ele continua: "cinemas e teatros, jornais e imprensas, lojas, lojas de departamento e hotéis, restaurantes e bares de luxo também foram seqüestrados" (ibid.). Muitas dessas indústrias eram vastas em tamanho: por exemplo, quase toda a indústria têxtil espanhola, com quase um quarto de milhão de trabalhadores espalhados por várias cidades, foi colocada sob autogestão (Flood et al 1997: 201). Segundo algumas estimativas, pelo menos 3.000 empresas foram coletivizadas na enorme cidade industrial de Barcelona (Conlon 1986: 19).

Em certo sentido, no entanto, as coletivizações urbanas eram menos abrangentes do que as ocorridas no campo. Algumas foram inteiramente controladas e dirigidas pelos trabalhadores, enquanto em outras, os trabalhadores se restringiram ao estabelecimento de "comitês de controle" com poder de veto sobre os gerentes capitalistas (Amsden 1979; Conlon 1986). De um modo geral, as unidades mais autogestionadas tendiam a ser aquelas em que o sindicato majoritário fazia parte da C.N.T.; as unidades baseadas em "comitês de controle" eram frequentemente redutos da Unión General de Trabajadores (U.G.T.), de um sindicato social-democrata ou de subsidiárias de empresas estrangeiras. Nas fábricas autogestionadas a coletivização total implicava uma interrupção dos vínculos vitais com a empresa-mãe; assim a unidade básica de tomada de decisão era a assembleia dos trabalhadores, que por sua vez elegia um comitê de delegados de cada seção da fábrica para supervisionar o dia a dia da empresa (Flood et al. 1997; Geurin 1970). Os comitês de trabalhadores também costumavam incluir vários especialistas técnicos. As funções desses comitês incluíam o tratamento de questões financeiras, a coleta de estatísticas, a correspondência e a ligação com outras fábricas e a comunidade (Flood et al 1997).

Novamente, como foi no caso da agricultura, a autogestão foi associada a melhorias notáveis nas condições dos trabalhadores, na produtividade e na eficiência. Assim, os trabalhadores catalães conseguiram restaurar os serviços de água, energia e transporte através de comitês de trabalhadores mesmo antes que as batalhas urbanas contra os franquistas chegassem ao fim (Amsden 1979: 104). Os bondes foram parcialmente danificados pelos combates em Barcelona e, portanto, houve um atraso maior nessa área. No entanto, o Sindicato dos Transportes da C.N.T. (o sindicato majoritário dos trabalhadores

dos bondes) nomeou imediatamente uma comissão para inspecionar os trilhos e elaborar um plano de reparo (Conlon 1986). "Cinco dias após o fim dos combates, 700 bondes, em vez dos habituais 600, todos pintados nas cores vermelha e preta da C.N.T., estavam operando nas ruas de Barcelona" (Conlon 1986: 20). O número de acidentes foram reduzidos nos meses subsequentes, enquanto as tarifas foram reduzidas e o número de passageiros transportados cresceu: em 1936 os bondes transportaram 183.543.516 passageiros; em 1937, 50.000.000 de pessoas a mais foram transportadas (Conlon 1986: 20). Os salários dos trabalhadores foram aumentados e equalizados, cuidados médicos gratuitos disponibilizados e os trabalhadores dos bondes também começaram a produzir foguetes e obuses para o esforço de guerra. Da mesma forma, os trabalhadores da fábrica Hispano-Suiza de carros de luxo entregaram as linhas à produção de guerra, com quinze carros blindados produzidos para a frente nos sete dias seguintes ao início da reestruturação (Amsden 1979). Exemplos semelhantes de reestruturação sob controle dos trabalhadores em outros setores são abundantes (Amsden 1979; Conlon 1986; Flood et al 1997; Guillen 1992).

Claramente, o processo de coletivização na Espanha revolucionária indica que os objetivos de fim das classes, autogestão dos trabalhadores, distribuição de acordo com as necessidades e planejamento econômico democrático eram realizáveis e compatíveis com eficiência econômica, inovação, aumento de produção e até preocupações ecológicas. Isso não significa que erros não foram cometidos. Em primeiro lugar, a coordenação econômica entre coletivos foi aplicada de maneira desigual. Isso ficou especialmente evidente na indústria, onde inicialmente houve poucas tentativas de coordenação para além do local de trabalho, e várias empresas começaram a vender produtos no mercado de uma maneira que lembra fortemente o mutualismo de Proudhon (Flood et al 1997; Geurin 1970). Várias soluções foram aplicadas: uma era para os coletivos continuarem operando no mercado, mas sob a orientação do sindicato do setor, que procuraria minimizar os efeitos negativos dessa situação; outra abordagem era unificar indústrias inteiras através do amparo dos sindicatos, o que proporcionaria uma estrutura organizada para vincular os comitês de trabalhadores a um processo democrático de planejamento (Flood et al 1997). Esta última opção foi semelhante ao processo de federação regional no campo. No entanto, nenhuma dessas soluções foi totalmente satisfatória: a primeira falhou em transcender a forma do mercado e, em vez disso, se transformou em uma forma de "capitalismo operário" (como muitos militantes apontaram); no segundo modelo, a coordenação ocorreu, na melhor das hipóteses, no nível da indústria ou região rural e, consequentemente, não forneceu um veículo adequado para o planejamento abrangente e, portanto, a plena realização do socialismo libertário.

Assim, o fracasso final dos coletivos foi a falta de unidade em nível nacional; o sistema financeiro, em particular, não foi socializado, enquanto o próprio Estado (não-franquista) continuou a existir. O Estado capitalista e os órgãos de autogestão operário-camponesa logo entraram em conflito. Uma série de decretos projetados para colocar os coletivos sob supervisão estatal cada vez mais estrita foram somadas às tentativas de sabotar seu funcionamento, que incluíam interrupções deliberadas das trocas urbano-rurais e a negação sistemática de capital de giro e matérias-primas a muitos coletivos (Amsden 1979; Breitbart 1979a, 1979b; Geurin 1970). Em maio de 1937, as batalhas de rua irromperam quando as tropas se moveram contra coletivos urbanos, como a central telefônica controlada pela C.N.T. em Barcelona (Breitbart 1979a, 1979b; Conlon 1986; Geurin 1970). Em agosto de 1937, Aragon foi invadida militarmente, destruindo completamente trinta por cento dos coletivos e dissolvendo à força o Concilio de Aragon; ataques semelhantes foram lançados mais tarde no Levante, em Castela e nas províncias de Huesac e Terule (Breitbart 1979a, 1979b; Conlon 1986; Geurin 1970). Em agosto de 1938, todas as indústrias relacionadas à guerra foram colocadas sob controle total do governo (Geurin, 1970). Em todos os casos em que os coletivos foram afetados, houve quedas substanciais na produtividade e no moral: um fator que certamente contribuiu para a derrota final da República Espanhola pelas forças franquistas em 1939 (Breitbart 1979b; Conlon 1986; Geurin 1970).

No entanto, deve-se notar, em conclusão, que o fracasso dos anarcossindicalistas em instituir o socialismo libertário em nível nacional não refletia uma incapacidade ou falta de vontade de se organizar em nível nacional ("ambivalência ao terrível enigma do poder estatal") ou um desejo de retornar a uma "economia de escambo" (!!), como afirma Amsden (1979: 100, 102). Pelo contrário, o Programa de Saragoza da C.N.T. apelou tanto à federação nacional das associações de operários e camponeses, bem como a um Conselho de Defesa controlado pelos trabalhadores em nível nacional para coordenar a de-

fesa militar da revolução (Guillen 1992; Wetzel 1987). Seu fracasso em instituir o socialismo libertário total não foi, portanto, o produto de lacunas e confusão no programa dos anarcossindicalistas, mas sim a conseqüência lógica de uma tentativa dos anarcossindicalistas de cooperar com o governo republicano contra a aparente maior ameaça de Franco - uma decisão tática que contradiz todos os princípios anarcossindicalistas (Conlon 1986; Geurin 1970; Guillen 1992). No entanto, as auto-limitações aceitas pelos anarcossindicalistas como um meio de tornar possível essa aliança tática profana não impediram, como vimos, o governo republicano de se mover contra os anarcossindicalistas assim que a oportunidade se apresentou. Guillen resume as lições dessa experiência da seguinte forma: "a revolução social libertária sofre um dilema: ou é realizada imediata e totalmente, acima e abaixo, ou é perdida para o poder do Estado e para seus apoiadores burocráticos e burgueses. O poder social libertário deve substituir e destruir o estado explorador e opressivo"(1992: 25-6).

CONCLUSÃO

Este artigo procurou examinar se existe um futuro para o socialismo. O efeito da dupla crise da social-democracia e do leninismo tem sido deslegitimar o projeto socialista aos olhos de muitos. É nesse contexto que procurei reafirmar o caso contra o mercado, argumentando que é um sistema indefensável de exploração e dominação. O próximo passo no meu argumento foi examinar criticamente os vários "socialismos" atualmente ou anteriormente oferecidos como alternativas. Aqui argumentei que nem a social-democracia, nem o leninismo e nem o "socialismo de mercado" fornecem alternativas viáveis ao capitalismo. O Estado não fornece uma alternativa ao capitalismo, nem o capitalismo uma alternativa ao Estado. Ambas estruturas de organização social estão integralmente ligadas e se complementam uma a outra. Dado que nenhuma das estruturas é, como argumentei, desejável, a questão se apresenta: existe uma terceira via? Minha discussão sobre o anarcossindicalismo - socialismo não-estatal - procurou demonstrar a coerência, viabilidade e conveniência de uma alternativa dessas. A questão que os socialistas enfrentam não deve, portanto, ser: "este é o fim da história?". Em vez disso, o desafio é redescobrir e aprender com uma parte importante da história socialista, a rica e historicamente justificada tradição do anarcossindicalismo.

REFERÊNCIAS

Albert, M. and R. Hahnel, (1992), "Participatory Planning" in Science and Society 56(1)

Amsden, J., . (1979), "Industrial Collectivism Under Workers' Control: Catalonia, 1936-1939," in Antipode: A Radical Journal Of Geography. 10 (3) & 11 (1). p65.

Arshinov, P. (1987) , History of the Makhnovist Movement 1918-21 . Freedom Press.

Avrich, P., (1967), The Russian Anarchists. Princeton University Press.

Bakunin, M., (1871), "God and the State", in S. Dolgoff (ed.), (1973), Bakunin on Anarchism. George Allen and Unwin.

Bakunin, M., (1871), "Statism and Anarchy", in S. Dolgoff (ed.), (1973), Bakunin on Anarchism. George Allen and Unwin.

Bakunin, M., (1990), Marxism, Freedom and the State. Freedom Press. London.

Bakunin, M., (1994), The Capitalist System. Libertarain Labour Review.

Bendana, A., (1995), A Sandinista Commemoration of the Sandino Centennial. Speech Given on the 61 Anniversary of the Death of General Sandino, held in Managua's Olaf Palme Convention Centre. Distributed by Centre for International Studies, Managua. Trans: F.S. Courneyuer

Berkman, A., (1989), What is Communist Anarchism? Phoenix.

Breitbart, M.M. (1979a), "Spanish Anarchism: an introductory essay," in Antipode: A Radical Journal Of Geography. 10 (3) & 11 (1).

Breitbart, M.M. (1979b), "Anarchist Decentralism in Rural Spain, 1936-9: the Integration of Community and Environment," in Antipode: A Radical Journal Of Geography. 10 (3) & 11 (1).

Cleaver, H, (1993), Kropotkin, Self-Valorization And The Crisis Of Marxism, mimeo, reprinted in Anarchist Studies, Lancaster,United Kingdom, February 24, 1993.

Conlon, E., (1993), The Spanish Civil War: Anarchism In Action. Dublin.

Dirlik, A., (1991), Anarchism in the Chinese Revolution. University of California Press. Berkeley and Los Angeles. California.

Fernandez, F., (1986), Cuba: the Anarchists and Liberty. ASP. London.

Flood, A., (1992), "After the Collapse of 'Socialism': Anarchism Today", in Workers Solidarity. no. 33. Dublin.

Flood, A., (1994), "The Left ... Ashes to Peonix/ Time to Get Constructive", in Red and Black Revolution: a Magazine of Libertarian Communism. no. 1. Dublin.

Flood, A., Elkin, G., McKay, I. and D. Neal, (1996), The Anarchist FAQ (Frequently Asked Question) Page. http://www.geocities.com/CapitolHill/1931.

Geurin, D., (1970), Anarchism from Theory to Practice. Monthly Review Press.

Guillen, A., (1992), Anarchist Economics. ISEL/La Prensa. Machester.

Ha Ki Rak, (1986), History of Korean Anarchist Movement. Anarchist Publsihing Committee, Seoul.

Hayek, F.A., (1944), The Road to Serfdom, Routledge. London.

Kenafik, K.J., (1990), "Introduction", in M. Bakunin, Marxism, Freedom and the State. Freedom Press. London.

Kropotkin, P., (1987), "Anarchist Communism: its Basis and Principles", in P. Kropotkin, Anarchism and Anarchist Communism. Freedom Press. London.

Makhno, N., Archinov, P. et al, (1926), The Organisational Platform of the Libertarian Communists, various editions.

Marshall, P., (1994), Demanding the Impossible: a History of Anarchism. Fontana.

Nove, A., (1990), Studies in Economics and Russia, St. Martins Press. New York.

Rocker, R., (1988), Anarchism and Anarcho-syndicalism. Freedom Press. London.

Southall, R., (1995), Imperialism or Solidarity? International Labour and South African Trade Unions. UCT Press.

Stein, J., (1992a), "Anarchist Economics: the Collectivist Tradition", in Libertarian Labour Review, no. 13.

Stein, J., (1992b), "Review: Market Anarchism? Caveat Emptor!", in Libertarian Labour Review, no. 13.

van der Linden, M. and W. Thorpe (eds.), (1995), Revolutionary Syndicalism: An International Perspective. Scolar Press .

Wetzel, T., (1987), Workers Power and the Spanish Revolution. New York. mimeo.

Woodcock, G., (1961) Anarchism: a History of Libertarian Ideas and Movements. Penguin.

Biblioteca Anarquista

Lucien van der Walt
Coletivos na Espanha Revolucionária
Trecho do ensaio ”Como uma economia anarquista poderia funcionar”, escrito por Lucien van der Walt em 1998
1998

https://theanarchistlibrary.org/library/lucien-van-der-walt-the-collectives-in-revolutionary-spain
Em 19 de julho completaram-se 84 anos do início da Revolução Espanhola. Abaixo segue um recorte sintético da organização econômica descentralizada do período revolucionário compreendido entre julho de 1936 e junho de 1937.
Trecho do ensaio ”Como uma economia anarquista poderia funcionar”, escrito por Lucien van der Walt em 1998. Disponível em
https://theanarchistlibrary.org/library/lucien-van-der-walt-the-collectives-in-revolutionary-spain
Traduzido livremente.

bibliotecaanarquista.org